

PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Francisco Seixas
Igor Alcantara
Jorge Virgilio

Equipe de Transcrição:

Carlos Barbosa - <https://www.linkedin.com/in/carlos-barbosa-15491b47/>
Fernanda Marini - Twitter: @femarini
Gláucia França
Karla Michelle Braga - Facebook: <https://www.facebook.com/kmmeneses/>
Rafael Rezende - Twitter: @KoreiaPS

[ABERTURA]

[00:35]

[Francisco Seixas]

Muito bem meus amigos, está começando mais um Temacast. Hoje vamos falar sobre um fenômeno que começou ainda no Brasil colônia, passou pelo Brasil Império, entrou na República Velha e na teoria só foi acabar com Getúlio Vargas, mesmo ainda existindo aqui e ali até o final da década de 1980 e ainda sendo praticado em novas versões até hoje. Se você quer de fato entender como funciona a política brasileira, precisa escutar até o final. Eu estou falando do **Coronelismo**, eu sou o Coroné Francisco Seixas e para falar deste assunto eu tenho aqui comigo o Coroné Igor Alcantara.

[01:13]

[Igor Alcantara]

Olá meus amigos, olá ouvintes e eu começo com uma frase do Coronel Chico Heráclito: "A lei é como uma cerca - quando é forte a gente passa por baixo; quando é fraca a gente passa por cima".)

[Francisco Seixas]

Pois é, se não fosse trágico seria até bem engraçado...
E está aqui também com a gente, o Coroné Jorge Virgilio.

[01:32]

[Jorge Virgilio]

Olá pessoal, olá ouvintes
E vamos lá para mais um TemaCast.

[Francisco Seixas]

E não se esqueça também que o Temacast **não** chega até você pelo apoio da **Transbrasil Linhas Aéreas**, mas sim através da doação de ouvintes que todo

mês contribuem para a realização do programa como, por exemplo o **Edson Correa** e o **Pedro Paiva**. Se você quer fazer parte do nosso time de mecenas e ajudar o Temacast a crescer, entre em nosso site temacast.com.br e descubra mais. Você também pode entrar diretamente em um desses links: patreon.com/temacast ou em apoia.se/temacast.

Este é o Temacast #67 que começa agora, então boralá.

[INTRODUÇÃO]

[02:23]

[Francisco Seixas]

Bom, antes de começar a falar das origens e evolução deste fenômeno tipicamente brasileiro, é preciso definir o que vem a ser o coronelismo. Em primeiro lugar, esse título de Coronel não tem nada a ver com o posto ou os postos de Coronel das Forças Armadas e das Polícias Militares (como citamos no episódio #48 Guerra do Paraguai - parte 1), mas durante o episódio vocês vão entender de onde vem esse termo. Resumindo bastante, o coronelismo foi uma estrutura de poder local, a gente pode dizer que na maior parte dos casos era municipal, de característica miliciana e agrária. Era uma estrutura que em alguns aspectos lembra a estrutura de poder feudal.

Em episódio que faremos em breve sobre o **Tenentismo** veremos que o poder central do Brasil precisava da colaboração dos poderes estaduais para manter a unidade do país. Já os poderes estaduais precisavam dos poderes locais para se manterem no comando. E é nesses poderes locais que entra o coronelismo.

Então se em outros episódios como por exemplo, o #6 sobre Lampião, o 23 sobre a Revolução de 30, o episódio 24 sobre a Revolução de 32 nós falamos sobre essa estrutura de poder, mas com enfoque nos planos federal e estadual, agora nós vamos colocar uma lupa para entender como tudo isso funcionava lá na base, ou seja, no município do interior do país.

Neste período, o Brasil era um país basicamente rural. As cidades maiores eram poucas e a maioria da população vivia em locais afastados. Em um território vasto onde estradas eram raras e de má qualidade e a comunicação precária, era muito difícil os centros de poder influenciarem diretamente na vida do cidadão, especialmente de regiões distantes das capitais. Nesses locais quem mandava eram os grandes latifundiários que, para não serem incomodados, ajudavam os governos estaduais a se manterem no poder e esses, por sua vez, com a ajuda destes latifundiários ajudavam o governo federal.

E quando eu falo em ajuda eu estou falando basicamente em garantir que determinados candidatos ganhassem as eleições. E como garantir isso? Simples, ou fraudando as eleições ou garantindo que as pessoas votariam no candidato que o latifundiário local, o Coronel, quisesse ou mandasse. E isso podia ser feito através de ameaças ou então pela compra de voto. Para

entender como isso acontecia, vamos voltar no tempo, no ano de 1925, em um dia de eleição para prefeito em uma cidade do sertão pernambucano, a mesma **Serra Talhada** que a gente falou no episódio sobre **Lampião**. Neste ano de 1925 foi eleito **João Alves de Barros** que viria a substituir o então atual prefeito, seu tio, **Francisco Alves de Barros**. João Alves, mais conhecido como **Coronel João Alves** ou **Coronel Cazuzá**, se elegeu usando esses mesmos recursos que falamos sobre o coronelismo, mas para explicar isso melhor, vamos chamar aqui o bisneto dele, o meu amigo **Igor Alcantara**.

[05:26]
[Igor Alcantara]

Olha, explicando aqui pro ouvinte melhor essa história, vocês talvez não se lembrem, mas eu comentei lá no episódio número 6 do Temacast que minha avó materna nasceu e cresceu em Serra Talhada, no sertão de Pernambuco. Pesquisando para escrever a pauta deste episódio eu acabei descobrindo que o pai dela, o avô, bisavô, enfim, toda a família da minha avó e consequentemente a minha família, eram coronéis na região e praticavam essas coisas que estamos aqui abordando e condenando. Então o que eu vou falar aqui não é algo que eu tenha orgulho e sim uma certa vergonha de falar, mas vamos lá.

Estamos então em 1925 e a família queria manter-se no poder. Como não havia reeleição, o atual prefeito, Francisco Alves não podia se candidatar novamente e escolheu seu sobrinho, que no caso é o meu bisavô, João Alves, como candidato da família. Desde o primeiro prefeito da cidade, o Barão de Pajeú, lá em 1892, Serra Talhada era governada pelo mesmo grupo familiar.

Um dia antes da votação, o presidente da sessão eleitoral foi tomar um café na casa de meu bisavô e levou com ele a ata de votação, é isso mesmo, um dia antes da votação ele já levou a ata da votação lá pra casa do coronel. E lá eles e mais uns ajudantes já assinaram previamente em nome de várias pessoas, como se elas tivessem comparecido à votação. E essas pessoas já tinham deixado de antemão o título de eleitor com os capangas do Coronel. Depois da eleição, eles receberiam esse título de volta junto com algum “agrado” que podia ser uma dúzia de ovos, roupas, sapatos, grãos, uma galinha, podia ser um emprego na prefeitura, enfim, algo que aquela pessoa precisasse.

Como o título de eleitor nessa época não tinha foto, algumas vezes acontecia de alguém ir votar com o título de outra pessoa. Enquanto a ata de votação era preenchida antes mesmo do dia da eleição, eles lembravam, entre um gole de cachaça e outro, de causos engraçados que aconteceram quando a ata de votação era levada para os alunos do primário assinarem em nome de outros. Isso é verdade, isso realmente aconteceu.

Claro que eles não faziam isso para todo mundo, afinal, a eleição, mesmo que de fachada, precisava acontecer. Então no dia seguinte as pessoas iam votar e, ao chegar na sala de votação encontravam, além do presidente da seção e dos mesários, capangas do Coronel, armados sob o pretexto de prestar segurança, só que estavam na verdade, vigiando se todo mundo ia votar em

quem eles queriam. A pessoa chegava, assinava o nome, se esse já não estava ali na lista, pegava a cédula de votação, escrevia o nome do candidato, na frente ali dos mesários e depois ele entregava essa cédula de voto aberta pra todo mundo ver, então o presidente da seção conferia o voto e então depositava o voto na urna. Quem não soubesse escrever direito ou dava o título para outra pessoa votar em seu lugar ou pedia ajuda pra alguém que estava ali na hora. O presidente da seção perguntava em quem a pessoa queria votar, nesse caso em que a pessoa não soubesse escrever. Bom, aí a pessoa estava ali pra colocar o voto, aí ela olhava pro dedo do capanga do coronel descansando no gatilho da espingarda e falava o nome do candidato que tinha sido previamente escolhido, no caso aqui o próprio coronel João Alves, aí o presidente da mesa escrevia o voto e depositava na urna e estava tudo resolvido.

[09:08]

[Francisco Seixas]

Pois é Igor e esse método eleger não apenas seu bisavô, mas muita gente por todo país. Gente, isso tudo só era possível devido não apenas ao controle que os coronéis exerciam, mas também por causa da legislação eleitoral da época. Em primeiro lugar, como o Igor falou, o título de eleitor não tinha foto. (E aqui é bom a gente dizer o seguinte, que com relação a foto no título de eleitor, em 1932, o título passou a ter a foto do eleitor e em 1956 o retrato tornou-se obrigatório. Em 1986, foi definido o novo modelo, sem o retrato, que é esse que a gente utiliza hoje, sem a foto.)

Mas voltando, então naquela época uma pessoa podia ir votar em nome de outra e tinha casos da mesma pessoa votar mais de uma vez. Aliás, o título de eleitor só surgiu em 1881 através da Lei Saraiva. Antes o eleitor era identificado por testemunhas ou pelos próprios mesários. Até 1842 havia inclusive o voto por procuração, onde a pessoa fazia uma procuração passando para outra o direito de votar por ela. (Que está parecendo mais uma eleição de condomínio.)

Nesta época e até a chegada do Getúlio Vargas ao poder, o voto era um voto aberto, você não tinha um voto secreto e todos que estavam ali poderia ver em quem você votou. O que quer dizer que os mesários sabiam em quem cada pessoa votou, já que depois de escrever o voto na cédula, a pessoa entregava a cédula ao presidente da seção e este é quem podia colocar o voto na urna. Quem votasse contra os interesses dos coronéis tinha o nome marcado e depois teria que se entender com os jagunços desse tal coronel. Esse voto em que a pessoa era obrigada a votar em um nome já escolhido era chamado voto de cabresto. Lembrando que cabresto é aquele instrumento que se coloca em cavalos para controlar para onde eles vão. E, por isso, a região controlada por uma oligarquia era chamada de curral eleitoral.

Como o título de eleitor não tinha foto e você podia votar em qualquer seção eleitoral de seu município, tinha eleitor que peregrinava, que votava várias vezes, cada vez em uma seção e também existia o eleitor-fantasma. Quem eram esses eleitores-fantasma? Eram pessoas que pegavam o título de outros

eleitores já falecidos e iam votar no lugar daquela pessoa, já que de propósito os familiares do morto não haviam dado baixa no registro eleitoral do defunto.

Havia vezes em que uma urna sumia e voltava depois cheia de votos. Claro que foram os homens do coronel que colocaram os votos nessa urna. Obviamente para disfarçar sempre entravam alguns votos para a oposição, mas as vitórias esmagadoras eram invariavelmente dos candidatos indicados pelo coronelismo. Isso começou a mudar com a Revolução de 30. Só que mesmo assim, os coronéis ainda tinham muito poder. Em Serra Talhada, por exemplo, a primeira vez que um prefeito da oposição ganhou foi em 1930, mas ele foi logo assassinado. Aí veio o seu substituto, que também foi assassinado. E naquele ano a cidade teve 3 prefeitos! Só que isso é assunto mais para a frente, antes vamos entender como tudo chegou a este ponto.

[12:29]

[Jorge Virgilio]

[ORIGENS]

Pois é, Francisco. E para entender como que senhores de terra tinham poder absoluto sobre as populações de sua área de influência, digamos assim, a gente precisa voltar lá atrás, no Brasil Colônia. Portugal como vocês sabem é um país bem pequeno (em termos de área), por isso tem esse apelido aqui no Brasil, de “Terrinha” e havia na época das Grandes Navegações conquistado uma quantidade de terras que superava em mais de cem vezes a sua área, o seu território europeu, digamos assim, o seu território original. A coroa portuguesa não tinha, portanto, condições de administrar aquilo tudo sozinha. Por isso, eles acabaram criando o conceito de Capitânicas. Inicialmente eles implantaram em algumas colônias africanas como nas ilhas de Cabo Verde e também na Ilha da Madeira e, como deu muito certo, passaram a usar esse método também nas suas possessões no Brasil, começando pela Ilha de São João que passou a ser administrada por um tal Fernão de Noronha e, por este motivo, essa ilha hoje é chamada de Fernando de Noronha.

Mas o que eram essas capitânicas? As capitânicas eram espaços imensos de terra que foram doadas pela coroa portuguesa para determinados nobres patrícios com recursos financeiros suficientes para manter aquela posse, então para manter uma capitania, você tinha que ter um certo nível de dinheiro para investir nela. Havia obrigações de impostos para com a coroa portuguesa e algumas restrições como não realizar comércio com outros países ou não vender aquelas terras. Como já citamos no episódio #64 sobre a Revolta da Cachaça, a posse era, inicialmente, hereditária e com exceção a essas regras que eu citei, o donatário de uma capitania podia fazer o que quisesse ali. Ele tinha total autonomia. Ali ele era de fato a lei. (Só um comentário à parte, essa foi a primeira “PPP” do Brasil, Parceria Público-Privada.)

Eu não vou me delongar muito falando das capitânicas para não fugir do tema central do episódio, mas alguns pontos eu preciso tocar de modo que o ouvinte compreenda melhor. Quando esse sistema foi implantado por aqui, o Brasil já era imenso como já era naquela época, e portanto, foi dividido em 14

capitanias. Ou seja, cada uma delas era um espaço de terra gigantesco. Para vocês terem uma ideia, a capitania mais próspera, que naquele período era a de Pernambuco, abrangeu os territórios dos atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas e a porção ocidental da Bahia, pegando aquela parte que vai descendo em torno do rio São Francisco, fazendo com que deste modo, Pernambuco fizesse fronteira, por exemplo, com Goiás e Minas Gerais.

Então o donário, que era quem tinha a obrigação de desenvolver aquelas terras construindo vilas, engenhos e igrejas, não iria conseguir manter aquilo sozinho. Por esse motivo é que ele acabava cedendo grandes pedaços dessas terras, especialmente as mais afastadas da costa, para quem quisesse e pudesse explorar em troca, claro, de alguns impostos e de lealdade. Então ali o cara terceirizada a capitania para outros, abria “tipo” uma franquia da capitania. Era um sistema quase feudal de distribuição de poder. E esses fazendeiros, apesar de estarem submetidos ao poder do donatário da capitania, também exerciam o poder absoluto sobre aquelas terras e, em consequência, sobre as vilas e cidades que depois foram surgindo por ali.

[Igor Alcantara]

Jorge, isso me lembra daqueles marketing multinível, que eu não vou citar nenhum nome, por medo de tomar um processo, parecem aquelas empresas de marketing multinível, tipo: “trabalhe em casa e fique milionário”. Parece isso aí, o cara... Portugal pega uma terra que não é dele, divide em capitanias hereditárias, o cara da capitania divide em pedaços e assim vai...

[Jorge Virgilio]

É um sistema de pirâmide que todo mundo quer ganhar dinheiro sem trabalhar.

[Igor Alcantara]

Exatamente!

[Jorge Virgilio]

Isso é um assunto que dá pano pra manga, não vou nem me estender nisso, mas você tem razão.

[música]

Mas voltando aqui pra pauta, passa o tempo, aliás, bastante tempo, e a família real portuguesa vem ao Brasil, depois vai embora, o Brasil se declara independente de Portugal, as capitanias se tornam províncias e esses mesmos grandes latifundiários, que ainda não eram chamados de coronéis, continuavam lá, mandando e desmandando e fazendo o que bem queriam dentro de seus currais de influência e poder. Quer dizer, eram barões que depois viraram coronéis.

[Francisco Seixas]

Mas, me diz uma coisa, como é que esses latifundiários passaram a ser chamados de coronéis?

[16:33]

[Jorge Virgilio]

[A GUARDA NACIONAL]

Para te explicar isso Francisco, eu preciso falar um pouco do nosso famosíssimo D. Pedro I. Quando o Brasil se tornou independente em 1822, D. Pedro I se torna imperador do Brasil enquanto seu pai, D. João VI, governava Portugal. Com a morte de D. João VI em 1826 começou a existir uma pressão para que D. Pedro I voltasse a Portugal e assumisse o trono de lá, como rei de Portugal. Ele resistiu o quanto pôde, mas no dia 7 de Abril de 1831 acabou abdicando do trono do Brasil em nome de seu filho, Pedrinho e foi para Portugal onde passou a ser chamado de Pedro IV. (Aliás, só uma curiosidade aqui, o hino de 7 de Abril é o nosso hino nacional hoje, se você procurar no Youtube: Hino de 7 de Abril, você vai ver o hino que é o hino em homenagem a essa abdicação do trono, e você vai ver que ele tem exatamente o mesmo instrumental do hino nacional. Então esse hino de 7 de Abril viraria, mais tarde, o hino nacional.)

Bom, pulando esse parenteses, só que Pedrinho, que mais tarde seria coroado como D. Pedro II, tinha na época apenas 5 anos de idade e não poderia assumir o trono. Começa então em 1831 o que conhecemos como Período Regencial que durou até 1840, quando ocorreu um dos muitos golpes do Brasil, o Golpe da Maioridade, que coroou ainda menor de idade o Pedro II. Ainda em 1831 é criada então a Trina Provisória que durou apenas alguns meses e deu lugar no mesmo ano à Trina Permanente que contava com o senador carioca Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias, e os deputados José da Costa Carvalho da Bahia e João Bráulio Moniz do Maranhão. A nível de curiosidade, esses dois nordestinos fundaram a primeira tipografia e o primeiro periódico da cidade de São Paulo, o Farol Paulistano.

Nesta época, a situação do Brasil era muito delicada e as fronteiras ainda frágeis e sendo o tempo todo disputadas e contestadas, a gente já discutiu isso várias vezes em outros episódios em que falamos deste período. Aconteciam revoltas por todo lado e o exército não tinha a confiança do poder central para manter a ordem no país. Muita gente nas Forças Armadas queria a volta de D. Pedro I e não reconhecia o governo da Regência. Aliás, eles eram até chamados de partido regressista, por esse motivo, porque eles queriam o regresso do imperador, o retorno do rei. Mas depois eles contrataram um outro “marqueteiro” e o cara falou: regressista não pega bem, troca pra conservador que fica melhor. Aí passou a ser partido conservador. Por isso, desde 1831 o orçamento e o efetivo do exército brasileiro foram reduzidos. Só para vocês terem uma ideia, já em Maio de 1831 esse efetivo caiu de 30 mil para pouco mais de 14 mil homens, ou seja, numa canetada reduziu mais da metade. Em agosto daquele mesmo ano esse número chegou a meros 10 mil homens. Para

isso, além de congelar o alistamento militar, demissões e licenças aconteciam aos milhares. Isso era o exército do país.

Só que o Brasil não podia se dar ao luxo de ficar sem nenhuma força que garantisse o poder central, as fronteiras e a ordem, ainda mais quando você é um país gigante. A Regência então percebe que o melhor a fazer é se aliar com as lideranças municipais e, num escambo de favores, pedir a ajuda deles na garantia da ordem em troca de que o status quo se manteria. É criada então a Guarda Nacional já em 1831. O decreto para a criação desta força foi assinado em 18 de Agosto de 1831 pelo então Ministro da Justiça e líder de fato da regência, o paulista Diogo Antônio Feijó.

O alistamento para a Guarda Nacional era obrigatório a todos os eleitores sadios entre 18 e 60 anos que não fossem autoridades administrativas, judiciárias, policiais, militares e religiosas. E quando eu digo eleitor, eu digo apenas homens com 18 anos ou mais, nascidos no Brasil e com renda anual superior a 200 mil réis nas grandes cidades ou 100 mil réis no restante do país, o que quer que isso signifique, mas era muito dinheiro. A pessoa alistada também seria a responsável pela sua própria alimentação, uniforme e arma de uso pessoal.

Como uma instituição de caráter civil, a Guarda Nacional era subordinada aos juízes de paz, aos juízes criminais, aos presidentes de província e ao Ministro da Justiça, sendo somente essas autoridades que podiam requisitar seus serviços. O único cenário em que os guardas nacionais passariam a fazer parte da estrutura militar de primeira linha era no caso dos corpos destacados para a guerra, quando deveriam atuar como auxiliares do exército.

Então a gente vê aqui duas características da Guarda Nacional. Uma é a que ela é civil. Ou seja, os membros dela não são militares profissionais. Eles exercem sua profissão no dia-a-dia e, quando chamados, se apresentam para o serviço e atuam quase como uma milícia. O segundo fato é que ela é municipal. O governo regencial queria, assim, evitar uma centralização do controle dessa guarda, o que poderia eventualmente facilitar um golpe. A ideia era descentralizar para mais facilmente desmobilizar. Por causa disso e para que a Guarda Nacional funcionasse de fato, o governo precisou se aliar às lideranças locais, aqueles mesmos grandes latifundiários que eram, mesmo que nesta época não oficialmente ou legalmente, a lei e a ordem nos municípios que controlavam.

A estes líderes locais foi dada a liderança da Guarda Nacional de sua região e, por causa disso, eles receberam o título de Coronéis da Guarda Nacional. Abaixo deles e sob seu comando havia aqueles que de fato pegavam em armas e comandavam pedaços da tropa quando em ação. Essas pessoas, que sempre eram alguém da confiança do coronel, recebiam o título de Major da Guarda Nacional. Além disso, abaixo deles você tinha pessoas com outras patentes que, mesmo sendo civil, usavam o mesmo nome daqueles usadas pelo exército como Capitão, Tenente ou Sargento.

Cabia ao governo escolher os coronéis e os majores de legião da Guarda Nacional. Os demais oficiais, inicialmente, eram escolhidos para exercerem um posto pelo prazo de quatro anos através de eleições em que votavam todos os guardas nacionais, porém tal fórmula foi modificada após a promulgação do Ato Adicional de 1834, sendo substituída por nomeações provinciais, propostas das câmaras municipais e, mais tarde, por indicação dos comandantes dos corpos. Ou seja, a partir de 1834, oficializou-se o que já era a prática: o Coronel era quem indicava os oficiais de sua Guarda.

Só que nem sempre essa Guarda Nacional atendia aos interesses do governo. Se na Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, cujo o tema dedicamos três episódios, eles contribuíram com praticamente metade das tropas brasileiras no conflito, na Revolta dos Liberais de 1842 elas aderiram à revolta e lutaram inclusive contra o exército em muitas ocasiões. Inclusive foi o caso, por exemplo, da guerra dos farrapos, onde tinha uma guarda nacional lutando contra o conjunto do exército.

A Guarda Nacional foi desmobilizada oficialmente em 1922, mas títulos de coronéis, majores, capitães e tenentes continuaram a ser transmitidos mesmo depois disso a pessoas influentes em troca de apoio político. O próprio presidente Arthur Bernardes foi um dos que mais fez isso e ele assumiu a presidência logo após o fim da Guarda Nacional. Aliás, é bom deixar claro que muitos dos coronéis que vieram depois disso nunca receberam oficialmente esse título. Alguns eram chamados assim apenas por terem poder e influência em uma região ou por seus pais e avós terem sido coronéis da Guarda Nacional. A patente não era hereditária, mas o uso acabava passando de pai para filho já que essa expressão acabou se tornando quase que um pronome de tratamento que conferia uma reverência àquela pessoa, quase que um título de nobreza. Já que acabou a monarquia e não tinha mais como o cara ser “barão de qualquer coisa” então ele virava o “coronel de fulano de tal”.

[24:17]

[Francisco Seixas]

Mas não é para falar da Guarda Nacional em si que estamos aqui e sim como que a criação dela, muito além de apenas cunhar o título de Coronel para estes grandes senhores de terra, ajudou a consolidar e aumentar o poder que eles tinham.

[24:40]

[Igor Alcantara]

[CORONELISMO NA REPÚBLICA VELHA]

É se a coronelismo começou ainda no império, ele tomou esse formato que nós conhecemos hoje na república. Bom, como já comentamos aqui em vários episódios e o ouvinte está cansado de saber, o golpe da **Proclamação da República** aconteceu no dia 15 de novembro de 1889. No começo da república, os coronéis ficaram preocupados que, com a mudança do sistema de governo, sua autonomia e, portanto, seu poder estivessem ameaçados. Uma presidência muito centralizadora poderia reduzir a influência que os

coronéis tinham. E aqui mais uma vez, estamos falando dos coronéis da guarda nacional, não dos militares necessariamente. Até porque o golpe da proclamação da república foi um golpe militar.

Mas aí veio a **Constituição de 1891**, a primeira na era republicana, que tinha alguns pontos que beneficiavam a estrutura de poder que esses senhores de terra haviam construído. Primeiro, instituiu limites na intervenção federal dentro dos estados. E aqui, vale um adendo, que isso muito influenciado pelo sistema americano de federalismo. Essa intervenção dos estados somente poderia acontecer em caso de invasão de uma nação estrangeira ou caso solicitado pelo estado. Segundo, que essa constituição dava ao estado o poder de ter sua própria constituição desde que, claro, ela não contrariasse a Constituição Federal.

E por fim, essa constituição de 1891 ampliava o voto, retirando a cláusula de renda e dando direito a voto a qualquer brasileiro homem, alfabetizado com residência fixa e maior de 21 anos. Além de excluir mulheres, analfabetos e moradores de rua, havia também uma cláusula que negava o direito de praças militares, ou seja, militares com patentes mais baixas a votarem. Mesmo deixando muita gente de fora, o tamanho do eleitorado era bem maior do que anteriormente. Como já era prática a submissão da população por parte dos coronéis, mais eleitores também significava mais poder para eles, pois eram mais votos que eles tinham controle,

[26:48]

[Francisco Seixas]

Mas não era muito trabalhoso controlar tanto eleitor?

[26:52]

[Igor Alcantara]

Olha Francisco, não era tanto eleitor não. Como analfabetos não tinham direito a voto e apenas 20% da população era alfabetizada e mulheres não podiam votar, o número de eleitores era bem maior com a república, mas ainda pequeno frente à população total do país. Existem alguns estudos que indicam que se na época fossem usadas as leis eleitorais de hoje, o eleitorado naquela época seria pelo menos 5 vezes maior.

Ainda sobre a República, os dois primeiros presidentes não foram eleitos diretamente e eram militares: os alagoanos **Deodoro da Fonseca** e **Floriano Peixoto**, que era o vice de Deodoro. O primeiro presidente de fato eleito foi o paulista **Prudente de Moraes** que governou de 1894 até 1898 e sobre quem nós falamos um pouco mais lá no episódio sobre **Canudos** ([Temacast#18](#)). Inclusive, no combate a Canudos o coronelismo teve um importante papel. Como a região onde ocorreu o conflito era área de influência do **Coronel Jeremoabo**, este coronel colocou suas forças para trabalhar auxiliando o exército nas diversas incursões por Canudos até a comunidade ser vencida e desfeita. Por isso e por toda a conjuntura política da época, ficava cada vez

mais claro para o governo federal que a ajuda que os coronéis poderiam fornecer na manutenção da ordem era fundamental.

Só que foi apenas com o quarto Presidente da República, o segundo presidente civil, que as estruturas do poder que beneficiaram os coronéis foram melhor definidas. O também paulista **Campos Sales** governou de 1898 a 1902 e foi ele quem propôs a “**Política dos Estados**” que mais tarde ficou conhecido como a “**Política dos Governadores**”. Campos Sales assumiu a presidência preocupado com a fragilidade do sistema político republicano brasileiro e quis com essa política criar um pacto em que tanto os interesses federais quanto os estaduais fossem atendidos. No fundo o que ele pretendia era criar um mecanismo que desse estabilidade às oligarquias que controlavam a economia do país, evitando que os interesses desse poder fossem contrariados.

O ouvinte já deve estar cansado de saber disso, mas resumidamente, a política dos governadores consistia no fato de que o governo central deveria respeitar as decisões dos partidos que mantinham o poder em cada estado, desde que estes partidos elegeassem bancadas no Congresso absolutamente fiéis ao presidente da República. Os governadores eram indicados pelo poder central, e tinham a habilidade de destituir os deputados que não lhe fossem afeitos.

[29:25]

[Jorge Virgilio]

A gente comentou que esse período do federalismo brasileiro era bem radical em certos aspectos. Era cada estado por si, desde que eles não tentassem ser um país independente e não oferecessem nenhum risco a presidência da república. E isso acabou criando uma série de problemas, porque o governo federal não conseguia, por exemplo, ter qualquer influência em organizar qualquer tipo de evento em nível nacional. Por exemplo, quando um ministro ligava do Rio de Janeiro, ou passava um telégrafo, que era mais comum, tentava implementar qualquer tipo de medida ou de norma, alguém simplesmente enviava uma resposta enviesada dizendo simplesmente que aqui é o meu Estado e não venha querer dar ordem. Então Artur Bernardo como a gente citou, foi um dos primeiros presidentes que tentou bater de frente com esse tipo de comportamento. Tentando acabar com esse tipo de desordem. E essa desordem a gente vê no caso dos trens do Brasil, você vê que cada Estado tinha um pedaço dos trens do Brasil, porque o governo federal não conseguia organizar ninguém a nada, então basicamente cada estado era do seu governador então não adiantava, para eles que viesse qualquer ministro dizer o que deveria ser feito em seus estados. E as pessoas respondiam ao governo federal mais ou menos com essas palavras, para ver como as coisas funcionavam naquele período.

[30:40]

[Igor Alcantara]

E lembrando aos ouvintes que naquela época não haviam partidos nacionais, nós tínhamos partidos republicanos mineiro, partido republicano paulista, partidos eram estaduais o que reforça essa estrutura de poder federalista. Voltando então a essa questão da política dos governadores, isto foi feito por Campos Sales, sem modificar a base política dos estados. E eram justamente os coronéis que permitiam aos partidos estaduais assegurar antecipadamente a composição das bancadas, através do controle que os coronéis tinham sobre seu eleitorado, os célebres "currais eleitorais" que a gente citou no começo do episódio.

Neste esquema, e com o voto aberto, o coronel controlava os votantes em sua área de influência, obtendo votos para seu candidato em troca de benefícios, como uma vaga num hospital ou um cargo público a seus vassallos no "curral". Por sua vez, o coronel apoiava o poder político estadual, que oferecia suporte ao Governo Federal. Em troca, o governo federal retribuía favores aos poderes estaduais, que faziam o mesmo aos coronéis, liberando verbas para obras que os garantia popularidade e respeito, permitindo que estas famílias, esses coronéis, bancassem a administração de seus currais eleitorais.

O que mudou, mas não muito hoje, se a gente pensar que por exemplo para conseguir que determinada votação seja aprovado no congresso, o governo acaba liberando uma determinada verba no orçamento para que alguém faça uma obra na região de influência dele. A gente só evoluiu a prática, mas o mecanismo é muito parecido.

Tal troca de favores era justamente o fundamento do pacto da Política dos Governadores, envolvendo presidente da República, governadores estaduais, deputados, senadores e outros cargos públicos. O coronel mandava no município, nomeando e arranjando empregos para seus aliados; o governador não sofria oposição na Assembleia Legislativa Estadual; assim como o presidente da República tinha todas suas iniciativas aprovadas pelo Congresso Nacional.

E, para garantir que o sistema funcionaria mesmo dessa forma, o presidente **Campos Sales** criou em 1902 a **Comissão de Verificação de Poderes**. Composta por 5 parlamentares, era essa comissão que dava o parecer se os votos que elegeram cada deputado eram válidos e, se sim, aprovava a posse daquele congressista. Isso era na teoria, já que na prática o que eles verificavam era se o deputado eleito estava realmente de acordo com as políticas do presidente. Por isso, ser eleito naquela época não significava assumir o cargo de fato.

Isso é que explica porque o governador da Bahia, **José Bezerra**, disse por volta de 1920 que "ser eleito é uma coisa, ser reconhecido é outra". Frase que é uma variação daquela outra atribuída ao senador gaúcho **Pinheiro Machado**, que assegurou a um opositorista "eleito o senhor foi, o que não vai ser é diplomado".

[34:00]

[Francisco Seixas]

Estrutura do coronelismo

Se hoje tem gente que fica famosa só por ser amiga de gente famosa, na época as pessoas procuravam obter vantagens ou até mesmo sobreviver devido a sua relação com algum coronel. Com o fortalecimento do coronelismo, acabou ganhando popularidade as relações de **compadrio**. Neste sistema, que é muito parecido com o sistema de **suserania e vassalagem** da Europa medieval, as pessoas que não tinham o *status* social do Coronel submetiam-se a ele, seja por medo ou para conseguir vantagens. Isso incluía as famílias pobres de trabalhadores rurais, funcionários públicos, políticos locais e até mesmo, em muitos casos, a Igreja.

Verifica-se aqui também outra relação política bem latino-americana, apesar de não exclusiva de nosso continente, já que na Itália, especialmente no sul, isso também acontecia. Eu estou falando do **Clientelismo** que é a relação onde uma pessoa recebe proteção em troca de seu apoio político. E isso também engloba a relação chamada de **Caciquismo** onde um **cacique político** usa de seu carisma e influência para apadrinhar políticos que exerçam cargos em esferas mais locais e, em troca, mantém sua base de votos. Ficou confuso? Deixa eu citar um exemplo. Um determinado Senador ou Deputado Federal que tenha influência em uma grande área de um estado é o cacique daquela região e tem debaixo de seu braço uma série de prefeitos, vereadores e deputados estaduais. Existe uma troca de apoio entre eles para que aquele mesmo grupo se mantenha no poder. É mais ou menos assim: a liderança local garante o apoio do povo daquele município para o congressista e este por sua vez usa seu poder para conseguir obras e benfeitorias naquela região para que os líderes locais possam usar de maneira a manter e expandir sua base de votos.

Lembre-se o ouvinte que o coronelismo era mais forte especialmente nas regiões mais distantes da capital federal, especialmente no Nordeste que sofria com ciclos constantes de seca e em estados fortemente agrários como Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Então o acesso a recursos como terras e até mesmo água, era controlado pelos coronéis. E eles controlavam até a polícia. Se um delegado decidisse investigar um crime que não era de interesse do Coronel que fosse investigado, logo logo esse delegado era transferido para outra cidade. Bastava um contato do senhor de terra com políticos amigos na capital do estado para conseguir isso.

E é bom deixar claro que nem todo coronel usava o medo como sua principal forma de controle. Muitos perceberam que era mais fácil e mais eficiente usar o carisma. E nesse cenário você via o Coronel posando como o *Salvador da Pátria*. Essa prática anda de mãos dadas com o populismo político. Os coronéis que seguiam esse caminho promoviam festas pro povo, doavam dinheiro para a reforma ou construção de escolas e igrejas, conseguia emprego para seus apadrinhados, vaga em hospital; enfim, ele tentava dominar as pessoas sem a necessidade do uso da força. E essa prática tem um nome. É o

chamado **Caudilhismo**. Mas não se engane, se nada disso funcionasse, ele poderia ser tão cruel quanto os coronéis mais sádicos.

Outra coisa comum no coronelismo era que em alguns municípios havia mais de uma família latifundiária. Ou seja, havia mais de um coronel. O mais comum é existir um coronel que estava, em termos de poder e prestígio, acima dos outros, o chamado **Coronel dos Coronéis**, mas em outros locais as famílias podiam rivalizar. Guerras entre diferentes coronéis chegaram a acontecer, mas da mesma forma como as famílias mafiosas na Itália ou nos Estados Unidos, eles evitavam chegar às vias de fato e tentavam resolver as diferenças na diplomacia ou na política. Em casos assim, o que acontecia era uma disputa pelo poder através de canais de influência e pelas eleições. Havia então os coronéis da situação e os coronéis da oposição.

Era difícil, mas não impossível, que um candidato da oposição ganhasse uma eleição. E quando eu falo difícil é porque quando um determinado grupo estava no poder, ele tinha nas mãos a máquina pública para conseguir se manter lá. Nos casos em que o candidato de um outro coronel ganhava uma eleição, ele deveria procurar logo se aliar ao governo estadual ou a quem fosse aliado do governador em seu município, caso contrário, as verbas para aquela região eram drasticamente reduzidas e aquele grupo não conseguiria eleger mais ninguém. Desta forma, mesmo que famílias diferentes se alternassem no poder, havia ali um acordo para que as coisas continuassem sempre da mesma forma.

Bom, então vamos só organizar um pouco melhor as ideias para que fique bem claro o que eu quis dizer. Primeiro, quanto à forma de trato com o povo, havia basicamente dois tipos de coronéis: o **Coronel-Jagunço**, que era aquele que se impunha pelo medo; e o **Coronel-Caudilho**, que era aquele que se impunha pelo carisma e pelo clientelismo. Com o passar do tempo, com cidades maiores e mais interligadas, mais populistas os coronéis acabaram se tornando.

Já do ponto de vista da estrutura de poder, os estudiosos dividiram o coronelismo em três tipos: o **tribal**, o **personalista** e o **colegiado**. O tribal parece um patriarca de um clã, cujo poder se espalha por vários municípios e deriva do fato dele pertencer a uma família tradicionalmente poderosa. O personalista deve tudo ao seu carisma pessoal, a ter certos atributos que são só dele e são impossíveis de transmitir por herança, geralmente desaparecendo com sua morte. Já o colegiado são os mais estáveis já que dirigem os negócios políticos em comum acordo com outros coronéis sem que haja grandes desavenças entre eles. As bases do seu poder são:

Primeiro, **a terra**. Num país de dimensões agrárias tão vastas, a riqueza dos indivíduos era medida pela extensão da propriedade. Logo era fundamental para a afirmação e continuidade do poder do coronel ele possuir significativas extensões de terra. Muitas vezes ele tomava terras de pequenos produtores rurais na base da bala, sem margem para conversa.

Segundo, **a família**, ou a parentela, que permitia ao coronel, por meio de casamentos arranjados, ampliar o seu domínio, colocando gente do seu

sangue e da sua confiança em todo os escalões do poder municipal e estadual. Parecido com o que fez Napoleão quando conquistou boa parte da Europa, sempre colocando um parente seu como Rei.

Terceiro, **os agregados**. A imensa quantidade de parentes distantes, compadres, afilhados e demais protegidos do coronel, que ajudavam a estender o poder dele para fora da família núcleo, permitindo que sua autoridade se espalhasse para regiões bem mais distantes do que a do seu feudo. Isso é diferente do segundo ponto já que os agregados não tinham necessariamente parentesco com o coronel. Bastava que fossem aliados fortes ou apadrinhados.

Bom, mas se na República Velha o coronelismo teve seu apogeu, algumas coisas aconteceram para o seu declínio. Só que quem vai falar isso não sou eu não.

[41:35]

[Jorge Virgilio]

[DECLÍNIO]

Então, pessoal, o sistema de poder da República Velha que nós já falamos aqui da **Política dos Governadores**, ele funcionou a contento durante quase trinta anos. Pecava-se contra a educação democrática do povo, mas ao viciar completamente os resultados eleitorais, trouxe pelo menos certa estabilidade invejável à turbulenta e instável política brasileira. Mesmo quando ele foi sacudido por várias revoltas promovidas pelo Movimento Tenentista (em 1922, 1924 e 1926, que iremos abordar em breve), ele mostrou-se hábil em sobreviver.

Só que a **Política do Café-com-Leite**, onde Minas Gerais e São Paulo se alternavam na Presidência da República, desagradou as oligarquias de outros estados e uma série de fatores levou à **Revolução de 30**, mas eu não vou detalhar aqui essa Revolução porque o Temacast já tem um episódio inteiro dedicado a esse assunto, então você pode ir lá nos nossos episódios antigos e conferir. O fato é que com essa revolução o **Getúlio Vargas** chegou ao poder disposto a colocar um fim a tudo aquilo. Ou pelo menos dizendo que ia colocar um fim. Além de grande opositor das práticas da República Velha, o Getúlio também era muito centralizador. Por isso, ele se incomodava com o tamanho do poder dos coronéis e estava disposto a colocar um freio naquilo. Vamos dizer assim: essa liberdade toda da Primeira República, em que os estados tinham autonomia começou a incomodar o Getúlio Vargas. Ele achava que o Brasil ficou atrasado em grande parte por causa disso. Ele queria voltar a um modelo um pouco mais parecido com o do Império, em que a coisa era muito centralizada na Capital Federal, no caso aqui o Rio de Janeiro.

Algumas mudanças na lei eleitoral promovidas por Vargas tinham como objetivo reduzir a influência do coronelismo na democracia brasileira. Entre essas mudanças as duas principais são a instituição do **Voto Secreto** e o **Voto das Mulheres**, mesmo que inicialmente apenas para as funcionárias públicas. Só que o declínio das relações entre os políticos e os coronéis começou a dar mostras de desgaste antes mesmo de Getúlio. A Guerra da Princesa, travada por João Pessoa, que era governador da Paraíba, contra um poderoso coronel

do sertão chamado **José Pereira**, o **Zé Pereira**, desde que tomara posse em outubro de 1928, resumiu e antecipou o que iria ocorrer no Brasil a partir do sucesso da **Revolução de 1930**. Vale lembrar que, obviamente, nesta época o nome da capital da Paraíba não era João Pessoa, mas **Cidade da Parahyba**. O nome atual só foi dado em 1930 em homenagem a este governador e após a sua morte. Inclusive eu tenho um amigo que é paraibano e ele odeia esse nome João Pessoa. Ele é nascido em João Pessoa, mas ele gostaria que a cidade voltasse a se chamar Parahyba, mas, enfim, pulando essa parte.

O João Pessoa, o político, não a cidade, que foi vencedor das eleições estaduais em 1927, discordava da forma como os grupos políticos que o elegeram conduziam a política paraibana, onde era valorizado o grande latifundiário de terras do interior, possuidores de grandes riquezas baseadas no cultivo do algodão e na pecuária. Nos seus redutos, eram os coronéis que apontavam os candidatos a cargos executivos, além de nomearem delegados, promotores e juízes. Eles julgavam, mas não eram julgados. Olha, que interessante, como o Brasil evoluiu desde então... Verdadeiros senhores feudais, nada era feito ou deixava de ser feito em seus territórios que não tivesse a sua aprovação. Mas João Pessoa passou a não respeitar mais as indicações desses senhores de terra para nomeações de cargos públicos. Apesar de que isso é um pouco incoerente, visto que o João Pessoa foi indicado para ser governador da Paraíba pelo tio dele, que foi presidente do Brasil, mas vamos pular essa parte.

Vários fatos se seguiram depois disso que não teremos tempo de retratar aqui, mas, no final, os coronéis da **Serra do Teixeira**, que fica na divisa entre a Paraíba e Pernambuco, declararam sua independência em 28 de Fevereiro de 1930, formando o **Território de Princesa**, cuja capital era a cidade de **Princesa**. Isso era a atitude final de enfrentamento dos coronéis, liderados por **Zé Pereira** contra **João Pessoa**. Uma guerra foi travada, sendo perdida em agosto daquele ano, já às vésperas da chegada de Getúlio ao poder. Inclusive, dizem que o próprio Lampião foi chamado para lutar contra esse coronel.

Falando do Getúlio, que era bastante centralizador e autoritário, ele agiu como pôde para reduzir o poder do coronelismo. E pra aumentar seu poder nesse processo. Como nós falamos antes, o coronelismo é uma forma de poder agrária. Ou seja, são latifundiários que controlam uma população rural. Por isso, as mudanças na política eleitoral de Vargas tinham o objetivo de valorizar o sufrágio urbano, aumentando, assim, a presença eleitoral e valorizando o poder das novas forças emergentes dos operários em detrimento dos trabalhadores rurais. Por isso que no começo as únicas mulheres que podiam votar eram as funcionárias públicas. Eram poucas as funcionárias públicas do interior, então, com essa medida, o voto urbano seria a imensa maioria.

E aqui só um comentário à parte, uma coisa curiosa é que o Getúlio Vargas criou um mundo aqui no Brasil muito parecido com aquele do 1984, porque os funcionários públicos eles formavam uma espécie de aristocracia, vamos dizer assim. Eles tinham hospitais próprios, eles tinham uma série de privilégios, mas, em compensação, se eles fizessem qualquer coisa contra o regime, eles eram sumariamente punidos. E o restante da população.

[46:48]

[Francisco]

E Que bom que isso acabou, né, cara? Hoje os funcionários públicos não têm mais tantas vantagens assim, a coisa já é bem diferente... [ironia]

[46:56]

[Jorge]

Com certeza não. Isso foi num ooooooutro Brasil. Mas isso é uma coisa curiosa. Com certeza no estado dos ouvintes, no estado de vocês, vocês já viram ter os Hospitais dos Servidores. Lembrando que não existia o SUS naquela época, o Brasil era bem mais precário. Então, se você não fosse funcionário público, não fosse militar e não fosse muito rico, você não tinha hospital. Basicamente era isso.

[47:18]

[Francisco]

Exatamente

[47:20]

[Jorge]

Enfim...

Além disso, O Getúlio enviava agentes do governo central para administrar os estados e municípios, os interventores e os intendentes, que não apenas fiscalizavam o que acontecia por lá como também intervinham, muitas vezes substituindo prefeitos e governadores. Portanto, foi fundamental para que o coronelismo entrassem em declínio o surgimento de um executivo federal forte e cada vez mais poderoso. Situação que se reforçou ainda mais com a proclamação da ditadura do **Estado Novo** em novembro de 1937. Somando-se a tudo isso, a industrialização, o crescimento demográfico e a migração para as cidades, características do Brasil pós-1945, só fizeram por acelerar ainda mais o declínio do coronelismo. Pelo menos, e aqui eu tenho que pontuar, essa forma antiga de coronelismo. Porque, por exemplo, o Sérgio Buarque de Holanda, no livro dele *Raízes do Brasil*, na verdade ele diz que o coronelismo ele não acabou exatamente, ele migrou do campo para a cidade. Então, se antigamente você tinha o latifundiário, que mandava na política local, hoje em dia você vai ter o empreiteiro, que está na cidade e que ele bota o dedo na cara do prefeito e fala: "Você vai fazer X e não Y". Não importa qual seja o interesse público, vamos dizer assim. Então, vamos dizer assim, uma das críticas do Sérgio Buarque de Holanda é a ideia de que no Brasil a gente não atingiu uma sociedade capitalista. A gente pegou aquele sistema feudal que existia no interior e ele invadiu o meio urbano, com o Estado Novo. Se criou uma espécie de feudalismo das cidades, sei lá, uma coisa assim, um coronelismo das cidades, que não tem as mesmas configurações daquele outro coronelismo, ele é diferente, mas ele não foi um total rompimento de fato. Ou seja, o Brasil não se tornou de fato uma sociedade capitalista, na visão do Sérgio Buarque de Holanda. Em resumo é isso. Enfim, é um processo até de certa forma lógico e que também lembra do declínio do feudalismo, mas daquele feudalismo do campo. Como o poder era baseado numa estrutura rural, o êxodo para as

grandes cidades reduziu esse poder e agora quem dava as cartas eram os industriais, não os fazendeiros, mas os industriais que se comportavam de forma muito semelhante ao dos antigos coronéis. A gente não passou a ter uma sociedade capitalista plena, vamos dizer assim. A gente tinha feudos rurais e passamos a ter feudos urbanos, na forma de diversos monopólios. Inclusive você vai aqui, mesmo no Distrito Federal, por exemplo, que é um lugar recente, construído há pouco tempo no Brasil, comparado com outras cidades brasileiras, o sistema de transporte público é um feudo. Inclusive é um feudo lá do genro do JK, diga-se de passagem. E aqui no Rio a mesma coisa: o transporte pertence à família Barata, então uma grande parte dos problemas de transporte que a gente tem no Rio vem do fato de que existe um monopólio muito forte do transporte, e o transporte é feito para maximizar o ganho do cara que é dono do transporte, não para melhorar o funcionamento da cidade ou do Estado. Enfim, só pontuando aí que determinadas estruturas que às vezes as pessoas dizem “ah, acabou o coronelismo”. Como Sérgio Buarque de Holanda, eu sou um pouco crítico se ele de fato acabou ou se só estamos vivendo uma segunda fase dele.

[50:28]

[Francisco]

Então, com isso ficou claro que o coronelismo não acabou em 1945, ou eu estou errado, Igor?

[50:34]

[Igor]

[NEOCORONELISMO]

Você não está errado não, viu Francisco. A influência e o poder local dos coronéis diminuiu, mas nunca acabou de fato, conforme o Jorge comentou. Eu, por exemplo, morava em Fortaleza em 1986 e lembro que quando Tasso Jereissati venceu a eleição para governador naquele ano, ele enfrentou um triunvirato de coronéis que se alternava no poder, formado por **Adauto Bezerra, César Cals** e **Virgílio Távora**. Ok, eles eram militares, mas o poder dessas famílias vinha desde a República Velha com os Coronéis da Guarda Nacional que a gente comentou aqui neste episódio.

[51:10]

[Jorge]

E foi interessante você comentar, Igor, que eles eram também militares, porque foi exatamente o general gaúcho **Costa e Silva** que se articulou com o coronelismo após o Golpe Militar de 1964.

E aqui só fazendo um parênteses rapidinho, aí passou a coexistir, na minha opinião, dois coronelismos no Brasil: você tem um coronelismo rural, que vai se reformar e existe, aquilo que eu estava pontuando da visão do Sérgio Buarque de Holanda, um coronelismo urbano, que se dá através desse monopólio e dessas parcerias público-privadas, que é basicamente transferência de dinheiro público pro privado. Aí depois do Golpe de 1964, ocorreu um estranho e contraditório fenômeno. Os militares que ascenderam ao comando do país naquela ocasião, com o objetivo de implantar o seu **Projeto do Brasil Grande**,

que era a ambição de tornar o país uma potência de médio porte, a gente já comentou isso aqui em algumas outras ocasiões, e ao mesmo tempo que neutralizavam a força das massas urbanas que lhes eram hostis, trataram de se aliar, especialmente no Nordeste, com os remanescentes do coronelismo antigo, daquele coronelismo mais tradicional.

Desta forma, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco e na Bahia, ao recorrerem aos casuísmos eleitorais, ajudaram e fortaleceram as velhas oligarquias. Os generais de 1964, ao contrário dos tenentes de 1930, promoveram uma atualização do poder dos coronéis: esse chamado de **neocoronelismo**, que não é aquilo que eu estava comentando do Sérgio Buarque de Holanda. Unindo uma proposta de modernização da economia com as esdrúxulas práticas que remontavam ao Brasil arcaico, o país conheceu entre 1969-1979 um impressionante desenvolvimento econômico, simultâneo ao quase total fechamento político, o mais sufocante que o país conheceu desde os tempos do Estado Novo, entre 1937 e 1945.

A verdade é que o coronelismo nunca desapareceu de fato. Quanto mais distante e mais precária a cidade, mais fácil é encontrá-lo. Só que agora ele é mais sutil e perdeu muito de sua característica agrária. Quando uma pessoa mais pobre precisa de uma vaga em hospital, uma cesta básica, vaga na escola pros filhos ou emprego pro sobrinho e consegue isso com a intervenção de algum político, vemos aí o chamado hoje em dia de Neocoronelismo.

E na época do governo militar a gente viu muito algumas dessas antigas famílias de coronéis se tornarem praticamente donas do estado. O Igor citou o triunvirato cearense, por exemplo, mas isso ocorria em muitos lugares e era mais forte naqueles estados onde o coronelismo tinha sido mais forte no passado, que foi ali na Região Nordeste e no Centro-Oeste. No Maranhão, por exemplo, a família Sarney comandou o estado por mais de 45 anos. Isso para não falar da família Neves de Almeida em Minas Gerais, que é o mais coronelista de todos os Estados aqui da nossa Região Sudeste.

[Música]

[Francisco Seixas]

[53:54]

Pois é o jornalista e professor **Avery Veríssimo**, inclusive, falou algo bem tragicômico no blog dele sobre o neocoronelismo Sarney do Maranhão, que depois até se alastrou também para o Amapá, ele disse o seguinte:

"Para nascer, Maternidade Marly Sarney. Para morar, escolha uma das vilas: Sarney, Sarney Filho, Kiola Sarney ou, Roseana Sarney. Para estudar, há as seguintes opções de escolas: Sarney Neto, Roseana Sarney, Fernando Sarney, Marly Sarney e José Sarney.

Para pesquisar, apanhe um táxi no Posto de Saúde Marly Sarney e vá até a Biblioteca José Sarney, que fica na maior universidade particular do Estado do Maranhão, que o povo jura que pertence a um tal de José Sarney;

Para inteirar-se das notícias, leia o jornal “O Estado do Maranhão”, ou ligue a TV na “TV Mirante”, ou, se preferir ouvir rádio, sintonize as Rádios Mirante AM e FM, todas do tal José Sarney. Se estiver no interior do Estado ligue para uma das 35 emissoras de rádio ou 13 repetidoras da TV Mirante, todas do mesmo proprietário.

Para saber sobre as contas públicas, vá ao Tribunal de Contas Roseana Murad Sarney (recém batizado com esse nome, o que é proibido pela Constituição, coisa que no Estado do Maranhão não tem nenhum valor).

Para entrar ou sair da cidade, atravesse a Ponte José Sarney, pegue a Avenida José Sarney, vá até a Rodoviária Kiola Sarney. Lá, se quiser, pegue um ônibus caindo aos pedaços, ande algumas horas pelas ‘maravilhosas’ rodovias maranhenses e aporte no município José Sarney.

Não gostou de nada disso? Quer reclamar então? Vá, então, ao Fórum José Sarney, procure a Sala de Imprensa Marly Sarney, informe-se e dirija-se à Sala de Defensoria Pública Kiola Sarney”.

[56:03]

[Jorge Virgilio]

Mas que inferno né, você ter Sarney em tudo da sua vida.

Na Bahia também a gente tem um fenômeno que ficou bem conhecido. Com a fim do regime militar, marcado pela eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da república em 1984, um por um os coronéis foram sendo afastados da política, derrotados pelas urnas da democracia recém-conquistada. Na Bahia, porém, isso não sucedeu. O cacique político local, o ex-prefeito e governador **Antônio Carlos Magalhães (Famosíssimo ACM)**, que fez sua carreira política aplicando todos os truques do coronelismo ao tempo em que servia como sustentáculo civil local ao regime militar, mudou de lado. Coisa que o próprio José Sarney também fez ao ser preterido como candidato a presidente da ARENA em lugar de Paulo Maluf.

[56:44]

Só lembrando aqui que o Tancredo Neves, que o pessoal acha por algum motivo que é algum tipo de herói, ele era amigo pessoa dessas duas figuras - ACM e José Sarney

Em 1984, num lance ousado e surpreendente, ACM rompeu com os militares e aderiu à campanha das "diretas já", que culminou no afastamento dos generais do poder. Talvez por ele ser um caso raro de coronelismo urbano já que grande parte da sua fortuna e dos que a ele estão ligados está associada aos meios de comunicação e aos negócios industriais e imobiliários, - Alguém falou da família Marinho, não? - ele mostrou-se mais ágil em perceber o significado das mudanças que se operaram naquela época. Representando a versão mais atualizada do coronelismo, aquele que eu citei lá, do Sérgio Buarque de Holanda, ele de imediato rearticulou-se com a nova elite civil que substituiu os militares em Brasília.

[57:32]

Esta posição, esta virada do **carlismo** em favor da redemocratização, se bem que oportunista, granjeou a ele enorme estima e respeito por parte considerável da população, permitindo-lhe, em seguida à formação da Nova República, que fosse promovido às antecâmaras do poder como o homem-forte dos sucessivos presidentes que desde então foram eleitos. Nos 15 anos seguintes, ACM foi ministro das comunicações no governo de José Sarney, eminência parda no governo do presidente Fernando Collor de Mello e o principal avalista do pacto do PFL-PSDB, que garantiu por duas vezes a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso o FHC - que disse outro dia que prefere ser chamado de FH apenas. Ele sempre teve consciência de que o seu prestígio local devia-se ao apoio escancarado que ele dava a quem estivesse no comando executivo da União.

[CORONÉIS FAMOSOS]

[58:26]

[Igor Alcantara]

Além desses novos coronéis, a gente conhece muitos causos que aconteceram com coronéis destes mais antigos. A literatura brasileira é vasta com exemplos deles. Autores como **Jorge Amado** e **Graciliano Ramos** retratam o coronelismo em seu dia-a-dia e mesmo na TV e cinema a gente vê exemplos de algumas dessas figuras. E aqui só os ouvintes mais velhos - Eu e o Francisco com certeza vamos lembrar - do nosso querido e saudoso **Chico Any시오** tinha um personagem chamado **Coronel Limoeiro**. Mesmo os ouvintes que não se lembram, se você tiver interesse, vai lá no youtube e procura que dá para ver algumas esquetes desse personagem. Bom, mas por que eu estou falando dele? Esse personagem - acredite ou não - ele é inspirado em uma pessoa real numa figura de uma cidade, olha só a cidade **Limoeiro**, em Pernambuco daí o nome Coronel Limoeiro, só que o nome real deste personagem era **Coronel Chico Heráclio?**]

Bom no seu auge - o coronel de verdade e não o personagem do Chico Any시오 ele influenciou mais de 30 municípios e elegia prefeitos, deputados, além de indicar juízes e delegados enfim: Ele mandava e desmandava.

[59:37]

E ele tem muitos causos, uma das histórias de Chico Heráclio era que em dia de votação seus empregados distribuíam aos eleitores, em envelopes lacrados, as chapas dos candidatos que deveriam ser votados. Um néh, um destes eleitores mais afoito chegou até o Coronel e falou assim - Logo depois de ter votado: "O coronel fez tudo certinho, coronel, como o senhor mandou. Agora me diga uma coisa: em quem que foi que votei?". A resposta veio rápido: "Oh rapaz nunca me pergunte uma coisa dessa. O voto é secreto, meu filho". É dele inclusive a frase "Amigo meu não tem defeito, inimigo se não tiver eu coloco!".

[60:20]

Outro coronel famoso foi **Lucas Pinto**, que controlava o **Vale do Apodi** no Rio Grande do Norte. Quando o Tribunal - Essa história é ótima -... Quando o Tribunal Eleitoral passou a exigir foto nos títulos de eleitor - Lembra que a gente falou que não havia foto no título de Eleitor até então -, ele mandou um

fotógrafo ir tirar o retrato das pessoas de seus municípios. Numa fazenda, um eleitor tirava o leite da vaca quando mandaram ele posar para a foto. Ele não pestanejou e posou ao lado da vaca, mas o fotógrafo, distraído, acabou deixando ele de fora e tirou foto só da vaca. E aí o coronel viu as fotos viu que tinha uma de uma vaca. Ele nem pensou duas vezes e disse: “pode fazer o título dele assim mesmo, na eleição a gente vê o que faz”.

[61:08]

Imagina, o título do cara saiu com uma foto de uma vaca.

[Francisco Seixas]

É inacreditável né? É verdade, mas parece uma piada.
É uma coisa assim de outro mundo!

[Jorge Virgilio]

O Brasil é o país da piada pronta neh?

[Igor Alcantara]

É verdade...
O sensacionalista parece super-real aqui.

[61:18]

Em outra eleição, ele levou a urna pro juiz eleitoral quinze dias depois do dia de votação. O juiz falou “mas Coronel, 15 dias depois? Aí o Senhor me complica”, ao que o que o coronel respondeu: “Pode deixar, seu Juiz, na próxima eu entrego mais cedo”. Ele falou e cumpriu: nas eleições seguintes ele entregou a urna... **três dias antes da votação!**

[Francisco Seixas]

Não dá para acreditar numa coisa dessas né cara?

[Igor Alcantara]

Pois é, as eleições nem eram manipuladas...

Mas não para aí não: tem um outro coronel o **Elísio da Silva Maia**, conhecido como **Coronel Elísio**, que comandava um conjunto de municípios em Alagoas. Conta-se néh, as histórias sobre ele, que uma vez ele marcou uma viagem a Juazeiro do Norte, a Juazeiro do "Padim Padi Ciço". Uma mulher, que era esposa de um seu empregado, sabendo da tal viagem, no dia da partida, à beira do carro, ele já saindo ela se dirigiu ao coronel:

- Coroné, eu queria pedir um negócio ao sinhô.
- Pode falar o que é?.
- Eu queria que o sinhô trouxesse prá mim uma imagem de Nosso Sinhô...
Ela nem terminou a frase e ele falou:
-Não não, pode deixar eu vou trazer...

Ele sabia que ela queria uma imagem de Jesus Cristo.

Aí enfim, ele chegou e falou para o motorista - Ele deixou o motorista encarregado desta encomenda e foi e seguiu viagem. Já no Juazeiro, ao passar por uma das muitas lojas de artigos religiosos, o motorista lembrou ao coronel daquela promessa que ele fez para mulher. O coronel falou “olha desce

do carro então e vai lá comprar a imagem néh - A encomenda". O motorista desceu e, logo em seguida, voltou:

- Coroné, o sinhô se lembra se a mulé falou se era uma imagem do Sinhô Morto, ou do Sinhô Vivo?

O coronel pensou por um momento e respondeu:

- Meu filho, compre uma do Senhor Vivo, porque se não for essa que ela quer, a gente mata.

[63:07]

[Francisco Seixas]

Uma Atitude super normal,neh? Comprar morto e de repente ela quer vivo não dá para reviver.

[Igor Alcantara]

Se bem que esses coronéis faziam de tudo, nem duvido que eles também ressuscitassem pessoas.

[Francisco Seixas]

É, isso para mim tem muito saborzinho de piada, mas deve ser baseada em fatos muito próximos a isso aí.

[ENCERRAMENTO]

[63:28]

Mas então como a gente viu, o coronelismo teve suas origens ainda lá no Brasil colonial, ganhou as formas como conhecemos hoje, no Brasil Império, chegou ao auge na República Velha, renasceu forte na Ditadura Militar e olha só: existe até hoje. Nós demos uma ênfase maior no nordeste que é onde esse fenômeno foi mais presente e importante, mas ele existiu do Rio Grande do Sul ao Amapá. Fora do Nordeste ele foi maior em Goiás, com famílias que estão no Congresso Nacional até hoje, incluindo o Senado, Minas Gerais e em Mato Grosso.

Retratado em livros, novelas e filmes, mostra as formas de relação do privado em público e como muda-se a figura, mas permanecem as práticas. E nós esperamos que vocês tenham gostado deste episódio. Ele foi possível graça a ajuda de nossos mecenas que contribuem mensalmente com valores simbólicos que nos ajudam a manter o Temacast atual.

E agora eu vou chamar meus amigos para fazerem seus jabás e eu vou começar pelo Coroné Virgilio

[Jorge Virgilio]

[64:32]

Olha aí, um coronel sem lenço e sem documento.

E como sempre eu vou fazer um jabá do próprio Temacast e falar aí que a gente está recebendo muito poucas mensagens de vocês, vocês estão pouco participativos - Vamos lá gente, vamos escrever comentar os episódios no site... Quem está no nosso lá no SAIBA MAIS no facebook vamos participar. A gente quer mais interação com os ouvintes do Temacast, eu estou achando vocês muito parados nesses últimos dias então fica aqui meu apelo para vocês entrarem em contato com a gente.

E se você nunca escreveu pro Temacast mais uma vez: Saia do armário e nos escreva.

[65:05]

[Francisco Seixas]

E vocês viram que ele acabou falando igual coronel - Escreva aí, escreva aí...
E agora eu vou chamar o Coroné Alcantara...

[65:19]

[Igor Alcantara]

Se eu fosse vocês eu não desobedeceria...

Pois é, a gente comentou no início desse episódio sobre uma cidade no interior de Pernambuco - Serra Talhada.

Sabiam que eu tenho um livro que começa nesta cidade, eu tenho meu romance histórico, 33 é o nome do livro. Ele basicamente conta a história de Jesus como se ele tivesse nascido no nordeste brasileiro na metade do século vinte. Pouco... É mais ou menos na metade do século vinte.

Enfim, ele era filho de duas pessoas humildes de Serra Talhada no Sertão de Pernambuco. E aí eles tiveram que sair fugidos de lá, eles foram uma daquelas pessoas retirantes para São Paulo, fugidos de um Coronel - O coronel Heróges e tal.

Enfim, o resto da história eu misturo fatos da história do Brasil e da ditadura militar mas a gente começa ali na participação brasileira na segunda guerra mundial com fatos fictícios do livro.

É um livro que eu recebi bastante elogios. É um livro que vendeu bastante - assim mais do que eu esperava. Então se o ouvinte quiser conhecer mais pode entrar lá no meu site - igoralcantara.com.br e saber mais sobre o meu livro, você pode comprar ele tanto versão impressa quanto versão digital para tudo quanto é tipo de literatura. Então dá uma força aí para a literatura nacional.

[66:50]

[Francisco Seixas]

Perfeito!

E já que você está com a palavra Igor, diga para nós: Para onde que a gente vai agora meu querido?

[Igor Alcantara]

Bom, agora a gente está encerrando o episódio, porque se vocês lembram bem nós não temos mais leitura de e-mails e comentários dentro do episódio. Agora a leitura de e-mails e comentários é feita ao vivo com interação inclusive - ao vivo com nossos ouvintes - através de hangouts que a gente realiza uma vez por mês e se você quiser saber quando será o próximo hangout de leitura de e-mails e comentários e interação com ouvintes, você vai entrar lá no nosso grupo no facebook no SAIBA MAIS e ver qual é o próximo evento agendado

[67:25]

[Francisco Seixas]

Exatamente, se você não sabe onde é que fica o nosso grupo no facebook, basta você ir em "temacast.com.br/saibamais", tudo junto, solicitar o ingresso -

a gente vai autorizar e aí você fica ligado que a gente vai criar evento lá para o nosso hangout que é a leitura de e-mails e comentários.
Então nós vamos ficando por aqui - eu quero deixar um forte abraço a todos e até o próximo temacast.

[Igor Alcantara]

Tchau Tchau ouvintes.

[Jorge Virgilio]

Tchau ouvintes.

E lembrem-se que participar do hangout é voluntário, porém obrigatório.

Até mais!

[Música: Que País é Esse - Legião Urbana]